

Tesouro vai resgatar parte da dívida *Pública*

por Claudia Safatle
de Brasília

O Tesouro Nacional usará toda a antecipação de receitas obtidas com os certificados de privatização (CP) — cerca de US\$ 7 bilhões — para resgatar parte da dívida interna que está na carteira do Banco Central (BC). Parcela considerável dos Cr\$ 600 milhões de recursos disponíveis do Tesouro também terá esse destino.

Os certificados de privatização, de aquisição compulsória pelas instituições financeiras, têm duas funções básicas, segundo o diretor do Departamento do Tesouro Nacional, Roberto Guimarães: reduzir o estoque da dívida pública e esterilizar cruzeiros. A primeira emissão de certificados está marcada para o dia 15 de junho próximo e a receita prevista das seis emissões programadas representa cerca de Cr\$ 350 bilhões (convertidos os US\$ 7 bilhões previstos pela taxa de câmbio de Cr\$ 51,00).

Esse montante, somado

à receita disponível do Tesouro de Cr\$ 600 bilhões, totaliza uma massa considerável de recursos para cobrir a despesa estimada de Cr\$ 1,19 trilhão com amortização e encargos da dívida pública interna neste ano.

Os cruzeiros que serão destinados à compra de certificados de privatização representam um enxugamento definitivo de moeda. Há todo um trânsito contábil e orçamentário desses recursos, que acabará na caixa do Tesouro, que resgatará papéis do governo na carteira do Banco Central e reduzirá o déficit público no conceito operacional.

Isso só será possível, porém, se o governo conseguir resolver um problema sazonal do Tesouro: o de maior pressão de gastos no segundo semestre. O grande impacto do aumento das receitas fiscais produzido pelo Plano Collor já ocorreu e compôs a receita disponível de Cr\$ 600 milhões. A intenção do governo, expressa na revisão do orça-

mento fiscal, é não provocar déficits no segundo semestre. "Além do corte de pessoal, o orçamento impõe uma tremenda redução de gastos ao fixar nos níveis de março último todas as despesas de custeio e investimentos", garantiu Guimarães.

Essas providências de reforço ao ajuste fiscal, associadas à sinalização do Banco Central, através de duas medidas de política monetária aprovadas na última quinta-feira, têm uma direção certa: mostrar aos agentes econômicos que o governo pretende apertar o controle da moeda e dos gastos públicos, principalmente a partir da deterioração das expectativas com relação ao sucesso do programa econômico.

O controle da moeda poderá ser redobrado, em breve, com a elevação do compulsório sobre os depósitos a vista dos bancos junto ao Banco Central e, se necessário ainda, complementado pela redução da alavancagem das instituições financeiras no mercado de ADM (operações interbancárias com títulos privados). Hoje essa alavancagem pode atingir a três vezes o patrimônio líquido da instituição, e a redução desse limite está sendo sugerida ao Banco Central.

Apertar o cerco à política monetária e fiscal e evitar a reindexação da economia são problemas cruciais que a equipe econômica do governo enfrentará nos próximos dias. "Teremos pela frente uns quinze a vinte dias muito duros", comentou a este jornal uma fonte qualificada do Ministério da Economia, que faz parte do núcleo central da equipe que elaborou o plano de estabilização. A inflação do segundo mês apurada pela FIPE (da Universidade de São Paulo), de 8,54%, por seus aspectos metodológicos, pode ser mal compreendida pelo sistema econômico e piorar as "expectativas pessimistas", como receiam os economistas do governo.

Por essas razões, a equipe econômica poderá antecipar decisões de medidas de natureza mais estrutural, para dar uma sinalização clara do que pretende para reduzir custos de produção interna.